



CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E ACESSO A GEOSSÍMBOLOS RELIGIOSOS: O CASO DA RESERVA BIOLÓGICA DO TINGUÁ, NOVA IGUAÇU- RJ

THAÍS SALATIEL DE AZEVEDO; BRENO DA SILVA RAMOS RODRIGUES; SUYANE
MORAES DA SILVA; GISELLE SILVA DE MEDEIROS; GIUSLAN CARVALHO
PEREIRA

RESUMO

A Reserva Biológica do Tinguá está localizada na região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, entre a Região Serrana e a Baixada Fluminense, próximo da capital do Estado, sendo um dos maiores fragmentos de mata atlântica contínua e preservada do país. Os geossímbolos religiosos, são locais ou acidentes geográficos que por motivos culturais, políticos ou religiosos, assumem uma dimensão simbólica, através da prática cultural. A utilização de unidades de conservação para acesso aos geossímbolos cria um conflito entre a liberdade religiosa, garantida por lei, e a necessidade de proteção desses espaços. Devido a isso, este artigo tem como objetivo compreender por meio de entrevistas semi-estruturadas, a relevância do acesso aos geossímbolos da reserva biológica do tinguá pelo ponto de vista de grupos religiosos que frequentam esta região. Neste estudo foi utilizada a entrevista semi-estruturada, direcionada por um roteiro previamente elaborado, que foi realizado com 20 grupos religiosos que frequentaram a estrada da Boa Esperança em Tinguá, Nova Iguaçu-RJ. As entrevistas ocorreram entre os meses de agosto de 2023 e dezembro de 2023, totalizando 10 entrevistas durante este período. Dentre estes grupos religiosos, 19 foram grupos neopentecostais e 1 grupo Judeu. Ao final do estudo, foi possível observar que a visão de sacralidade da natureza expressa por muitos grupos sociais, culturas e religiosidades, são percebidas também como parte fundamental de suas práticas religiosas. Assim, os geossímbolos fazem parte de estruturas culturais que revelam saberes ancestrais, envolvendo manifestações religiosas por meio da natureza. Além disso, de acordo com o discurso das lideranças religiosas apresentadas, a eminente preocupação com a sustentabilidade ambiental, se apresenta como uma estratégia de conscientização.

Palavras-chave: Uso Público; Unidades de Conservação; Uso religioso; Grupos religiosos; Sacralidade da Natureza.

1 INTRODUÇÃO

A Reserva Biológica do Tinguá (REBIO do Tinguá) está localizada na região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, entre a Região Serrana e a Baixada Fluminense, próximo da capital do Estado, a Unidade de Conservação está em meio a uma região populosa. (IBAMA, 2006). A REBIO Tinguá abrange uma área de 24.812 hectares, nos municípios de Nova Iguaçu (que concentra a maior parte da área), Duque de Caxias, Petrópolis e Miguel Pereira, sendo um dos maiores fragmentos de mata atlântica contínua e preservada do país e tem como seu atributo especialmente protegidos os mananciais de água

que abastecem parte da Baixada Fluminense. (ICMBIO, 2018).

Uma reserva biológica não permite a visitação ao público em geral (SNUC, 2000), e assim, as atividades humanas devem ser limitadas à pesquisa, ao monitoramento e à fiscalização, exercidas somente em casos especiais (RODRIGUES, 2002). Entretanto, os ‘ambientes naturais’, foram transformados em geossímbolos religiosos, ou seja, um local ou acidente geográfico que por motivos culturais, políticos ou religiosos, assumem uma dimensão simbólica através da prática cultural (BONNEMAISON, 2002). Tal fato, justifica a busca de grupos religiosos por parques naturais, sítios ecológicos e reservas ambientais como forma de aproximação com o sagrado ou a própria divinização da natureza.

Segundo Diegues (2008), a ideia de área protegida teve início no século passado, sendo iniciada nos Estados Unidos, tendo como objetivo proteger a vida selvagem (wilderness), que de acordo com seus criadores estavam sendo ameaçadas pelo homem moderno. Nesse mesmo sentido, Cronon (1996) narrou o conceito de *wilderness* que diz que a natureza seria intocada pelo homem, logo, quando se fala de natureza não se inclui o homem, tendo como consequência a dicotomia entre sociedade x natureza.

Desse modo, nasce o ambientalismo moderno, inspirado no romantismo europeu do século XVIII com a ideia de natureza selvagem e sagrada, a qual o homem deveria visitar, se inspirar, pensar e fundamentalmente se proteger das garras gananciosas da plena expansão da sociedade industrial (CRONON, 1996; DIEGUES, 2008). Diante disso, compreende-se que ambientalistas modernos separam o homem da natureza.

Entretanto Diegues (2008), expõe que apesar da narrativa ambientalista ser baseada na separação sociedade-natureza para o desenvolvimento de um modelo de conservação, no qual o natureza estaria livre do homem, se entende que as áreas naturais são manipuladas pelo homem a muito tempo, logo, a difusão dessas ideias tem como consequência o neomito da natureza intocada. Nesse sentido,

“[...] florestas tropicais aparentemente vazias, vivem populações indígenas, ribeirinhas, extrativistas, de pescadores artesanais, portadores de uma outra cultura [...] essas populações desenvolveram modos de vida particulares que envolvem grande dependência dos ciclos naturais.” (DIEGUES, 2008, p. 18).

Nessa perspectiva, uma das consequências desse neomito é o conflito de interesses entre a administração ambiental de reservas considerando seu grau de restrição imposto pela legislação vigente e práticas culturais e religiosas. No entanto, seria de relevância a busca por soluções ao invés do simples interdito destas práticas (DIEGUES, 2008).

Compreender como as crenças religiosas influenciam a maneira como as comunidades se relacionam com a natureza é crucial para uma gestão eficaz de áreas naturais protegidas. Além disso, abordar esse tópico em discussões acadêmicas, promove um diálogo intercultural e inter-religioso, permitindo uma apreciação mais profunda das diversas perspectivas sobre a natureza e a espiritualidade (GIFFORD, 2011).

Explorar o uso religioso de reservas ambientais também pode fornecer diferentes perspectivas sobre como a espiritualidade pode ser um catalisador para a conservação, já que muitas religiões promovem princípios éticos e práticas que incluem o respeito pela natureza, e a responsabilidade na preservação do ambiente. Portanto, escrever sobre o uso religioso de reservas ambientais não apenas contribui para uma compreensão mais ampla da relação entre religião e meio ambiente, mas também pode fornecer diferentes formas de desenvolver ações para a proteção da biodiversidade e a promoção da sustentabilidade (CHIVIAN; BERNSTEIN, 2018).

Tendo isto em vista, o presente artigo tem como objetivo compreender por meio de entrevistas semi-estruturadas, a relevância do acesso aos geossímbolos numa localidade da Reserva Biológica do Tinguá pelo ponto de vista de grupos religiosos que frequentam esta

região.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Neste estudo foi utilizada a entrevista semi-estruturada, direcionada por um roteiro previamente elaborado e composto por questões abertas e fechadas. Esse é um dos modelos mais utilizados, por permitir uma organização flexível e diálogo sobre os questionamentos (FUJISAWA, 2000).

Nos grupos religiosos com mais de um sacerdote, ambos foram entrevistados. Estes tiveram a liberdade de contar suas histórias e experiências de vida, transformando a entrevista em algo próximo a uma conversa. Os formulários funcionaram como guias para as entrevistas. Estas ocorreram na estrada da Boa Esperança, Tinguá- Nova Iguaçu/ RJ, uma das entradas de acesso à Reserva Biológica do Tinguá.

As entrevistas ocorreram entre agosto de 2023 e dezembro de 2023, totalizando 10 entrevistas durante este período. As entrevistas realizadas visaram obter informações sobre o motivo de escolha da Estrada da Boa Esperança como ambiente para preces e orações, vitórias concedidas por realizar práticas religiosas neste ambiente, local de origem dos grupos, bem como se os grupos sabiam se tratar de uma área de preservação ambiental.

Para o registro das respostas correspondentes aos formulários foi utilizado o aplicativo Vicon Saga, onde os dados obtidos foram analisados por meio de estatística descritiva.

O referencial teórico que fundamenta a argumentação escrita teve base na literatura especializada que inclui livros e artigos científicos pesquisados nas plataformas de busca *Google Scholar* e *SciElo*. Foram utilizadas como descritores as palavras: Uso Público; Unidades de Conservação; Geossímbolos Religiosos; Uso religioso; Conflitos socioambientais.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

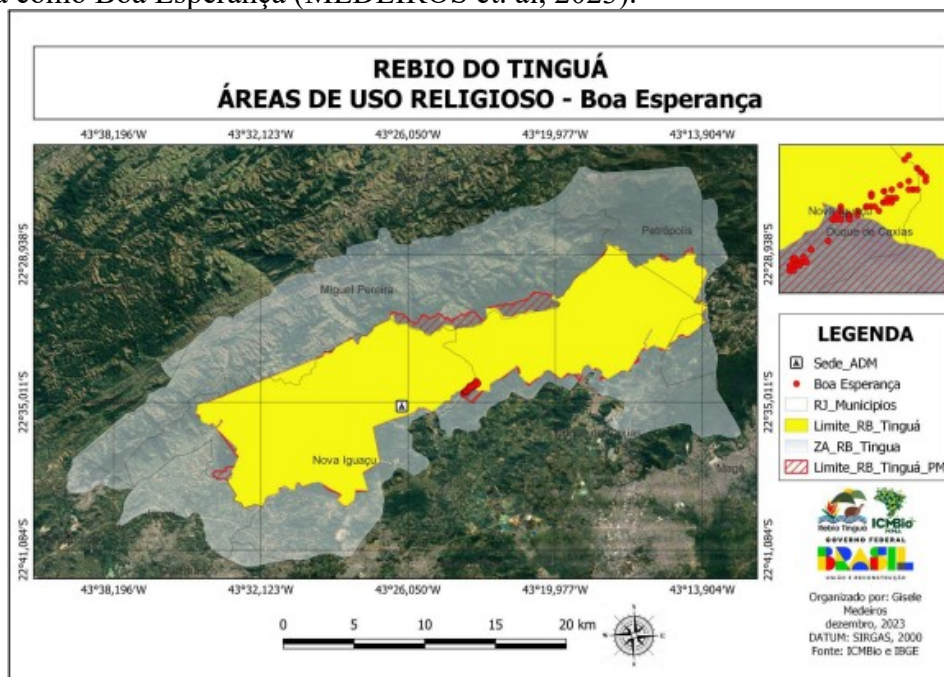
A divinização da natureza pelo ser humano é um fenômeno antropológico que remonta aos primórdios da história da humanidade. Em diversas culturas e civilizações, as pessoas ao longo dos tempos têm atribuído qualidades divinas à natureza e aos elementos naturais. Isso reflete a profunda interconexão entre as religiões e a natureza em um contexto antropológico. Nesse contexto, elementos naturais como montanhas, árvores, rios e animais são venerados e considerados sagrados, muitas vezes desempenhando papéis centrais em rituais religiosos já as religiões neopentecostais veem a natureza como uma conexão com o divino (MORAIS, 2015).

Essa relação profunda entre religiões e a natureza é frequentemente moldada pela percepção de que a natureza é uma fonte de vida, sustento e mistério (ANDRADE, 2011). No entanto, o crescimento da urbanização e da industrialização levou a uma desconexão crescente entre as pessoas e a natureza. Isso gerou desafios para a manutenção das crenças tradicionais de divinização da natureza e respeito ambiental (SANTA; RICHARD, 2018)

Devido a isso, movimentos religiosos contemporâneos, bem como correntes filosóficas, buscam reavivar a relação entre as religiões e a natureza, promovendo uma maior interação com os ambientes naturais (RODRIGUES et. al., 2022).

Durante o estudo de campo realizado na Estrada da Boa Esperança (Figura 1), observamos que a área despertou interesse de grupos religiosos. Foram entrevistados um total de 20 grupos, sendo 19 neopentecostais e um grupo judeu. Todos expressaram o desejo de que a área preservada seja legalmente acessível aos grupos religiosos, e 15 dos entrevistados afirmaram que aceitariam outras religiões no mesmo espaço.

Figura 1- Mapa com os limites da REBIO do Tinguá e clareiras mapeadas na localidade conhecida como Boa Esperança (MEDEIROS et. al, 2023).



Muitos grupos adentram as matas da reserva em busca de conexão divina (Gráfico 1), embora apenas 3 desconheçam que o ‘monte’, nome dada pelos grupos que frequentam o local, escolhido para orações é uma área de preservação ambiental. Para esses grupos, foi fornecida explicação sobre a importância da área protegida. Relatos dos entrevistados indicaram que as orações realizadas no monte resultaram em vitórias espirituais e materiais (Gráfico 2), especialmente entre os grupos provenientes da Baixada Fluminense (Gráfico 3).

Gráfico 1- Perfil dos grupos entrevistados no local conhecido como Boa Esperança, Reserva Biológica de Tinguá, Nova Iguaçu-RJ.

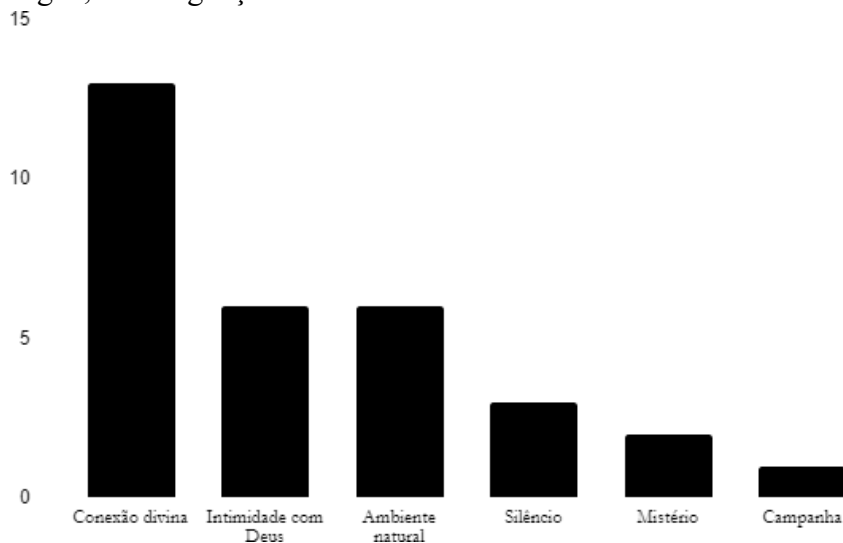


Gráfico 2- Bênçãos relatadas pelos grupos religiosos que frequentam a Reserva Biológica de Tinguá, Nova Iguaçu-RJ.

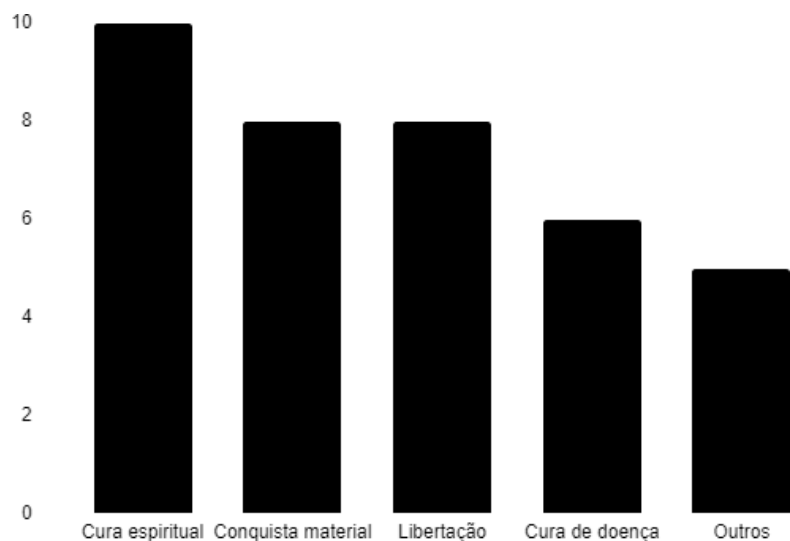
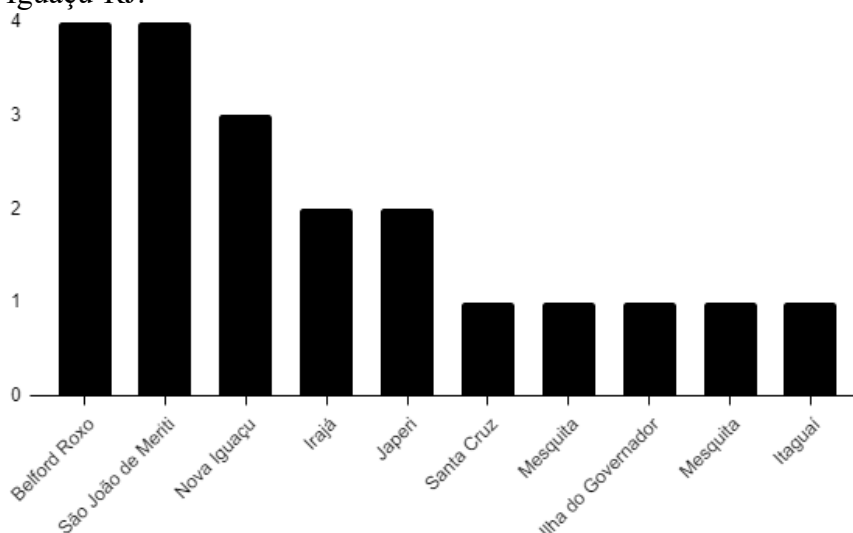


Gráfico 3- Local de origem dos grupos religiosos que frequentam a Reserva Biológica de Tinguá, Nova Iguaçu-RJ.



Com isso, foi possível observar que cultivar a natureza faz parte da essência das práticas das religiões que frequentam a Reserva Biológica do Tinguá. Para estes grupos, as forças energéticas que emanam das rochas, águas, solos e árvores, fazem a ligação do ser humano com o ser divino. No entanto, ao buscar tais geossímbolos, estes grupos religiosos se depararam com um obstáculo: a poluição dos santuários naturais (MORAIS, 2015).

De acordo com o discurso das lideranças religiosas apresentadas, a eminente preocupação com a sustentabilidade ambiental se apresenta como uma estratégia de conscientização. Com isso, de acordo com Barcelos (2002, p.89) estratégias contemporâneas estão sendo cada vez mais utilizadas. Sendo assim, para que a preservação ambiental se torne um objetivo, se faz necessário o posicionamento das lideranças de templos religiosos em favor das causas ambientais e práticas ritualísticas sustentáveis.

Uma alternativa frequentemente utilizada é a construção e o uso de espaços privados que se caracterizam na criação de sítios para a realização de orações e práticas litúrgicas de grupos religiosos. Na região objeto desta pesquisa, temos um espaço privado semelhante denominado sítio Escravo Bento.

O intuito da criação e fomento do uso destes ecológicos com características similares as áreas protegidas por lei é suprir a necessidade de acesso a geossímbolos sem que haja a danificação dos ambientes preservados pelas Unidades de Conservação.

Devido a isso, os serviços oferecidos por tais parques particulares vão além do acesso aos geossímbolos, mas incluem a organização, segurança e a limpeza dos locais de culto religiosos após as cerimônias evidenciando uma nova ética, com foco ambientalista (BARCELOS, 2002).

4 CONCLUSÃO

A divinização da natureza é um fenômeno antropológico enraizado na história da humanidade, onde culturas atribuíram qualidades divinas à natureza, promovendo uma interconexão profunda entre religiões e o ambiente natural. Isso é evidente em religiões como o Xamanismo e o Candomblé onde elementos naturais são considerados sagrados e centrais em rituais religiosos.

A ligação entre religiões e a natureza é influenciada pela percepção da natureza como fonte de vida, sustento e mistério, moldando crenças e éticas ambientais. Embora a urbanização e industrialização tenham gerado desconexões em algumas sociedades, movimentos religiosos contemporâneos e correntes filosóficas buscam reavivar essa relação, promovendo a conscientização ambiental.

Entretanto, uma parcela significativa dos grupos religiosos que frequentam a Reserva Biológica do Tinguá ainda deixam tecidos, copos, sacos plásticos, estilhaços de garrafas, alguidares e frutas, além dos impactos sonoros e uso de fogo. O desconhecimento, por parte de muitos praticantes destas religiões, sobre os fundamentos da própria religião e da legislação ambiental, ainda prejudica o meio ambiente e danificam os geossímbolos religiosos.

Para que este quadro seja revertido, há a necessidade da conscientização ambiental por meio de palestras e ações ambientais a fim de salientar sobre a importância da preservação ambiental.

Atualmente existem instrumentos administrativos e jurídicos que podem respaldar o direito ao acesso à educação ambiental por religiosos, com a possibilidade de criação de espaços apropriados para a realização de suas práticas. Cabe um devido planejamento do espaço metropolitano, a fim de promover condições necessárias para que grupos religiosos frequentem, assim como conscientizar sobre a importância de não poluir as unidades de conservação.

Dessa forma, o entendimento das espacialidades litúrgicas religiosas, e de seus geossímbolos, podem ser um instrumento na construção de metodologias de educação ambiental, levando em conta as necessidades materiais e imateriais dos grupos envolvidos, criando, assim, condição de cidadania em um contexto democrático, partilhando o meio ambiente sem restrições de um determinado grupo, valorizando tradições e garantindo a liberdade religiosa aliada a preservação ambiental para mitigação dos conflitos de direito.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, A. M. A transcendência pela natureza em Álvares de Azevedo. 2011. 216 f. Tese (doutorado) - **Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara**, 2011.

BARCELOS, M. C. Os Orixás e o segredo da vida. Rio de Janeiro: **Pallas**, 2002.

BRASIL. Lei Nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, parágrafo 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Senado Federal, Brasília, DF, 19 de jul. 2000.

BONNEMAISON, J. Viagem em torno do território. In: CORRÊA, R. L. e ROSENDAHL, Z. (orgs). Geografia cultural: um século (3). Rio de Janeiro: **Editora Uerj**, 2002.

CRONON, W. The trouble with wilderness; or getting back to the wrong nature. **Environmental History**, n. 1, p. 7–28, 1996.

CHIVIAN, E.; BERNSTEIN, A. Sustaining life: How human health depends on biodiversity. **Oxford University Press**, 2008.

DIEGUES, A. C. O mito moderno da natureza intocada. 6ª ed. São Paulo: **Hucitec**, 2008.

FUJISAWA, D. S. **Utilização de jogos e brincadeiras como recurso no atendimento fisioterapêutico de criança**: implicações na formação do fisioterapeuta. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2000. 162 p.

GIFFORD, R. Environmental psychology matters. **Annual Review of Psychology**, p. 377-405, 2011.

ICMBIO. **Visitação**. 2018. < <http://www.rebiotingua.eco.br/visitacao.php> > acesso dia 01/12/2023.

IBAMA. **Plano de manejo da Reserva Biológica do Tinguá**. 2006. Disponível em: [http://www.ICMBio.gov.br/portal/biodiversidade/unidadesdeconservacao/biomas brasileiros](http://www.ICMBio.gov.br/portal/biodiversidade/unidadesdeconservacao/biomas%20brasileiros), acesso em 01/12/2023.

MORAIS, M. A. Umbanda, Oxóssi e as florestas. Rio de Janeiro: **Idéia Jurídica**, 2015.

RODRIGUES, B.S.R., AZEVEDO, T.S. & MARTINS, E.J.S. Geossímbolos e Impactos ambientais: o uso religioso no Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu, Rio de Janeiro, Brasil. Revista Eletrônica. **Uso Público em Unidades de Conservação**. UFF, Niterói, RJ. Vol. 10, nº 15. 2022.

RODRIGUES, J. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC)**: uma análise à luz da legislação vigente (lei federal 9.985 de 18 de julho de 2000). 2002.